

BRASIL, MEU BRASIL BRASILEIRO!

Patrícia Machado¹

RESUMO: Introduziremos o tema da nossa língua culta ‘brasileira’ deixando de lado a interpretação difundida em nossa sociedade e ensinada nas escolas pelos professores da Língua Portuguesa, o conceito: certo e errado. Vivemos num ‘democrático’ país que usa a língua como desculpa para marginalização do povo, quando, na verdade, é a raça, cor, sexo e religião que determinam que lugar na ‘pirâmide’ o indivíduo deve ocupar, mantendo-se no topo a minoria que conserva em seu poder os bens econômicos, políticos e culturais da sociedade, o grupo que se autodenomina detentor de uma língua correta, bonita e culta, persistindo, assim, o abismo elite – povo cada vez maior. Cabe salientar que utilizaremos algumas figuras com a intenção de elucidar e ‘brincar’, com o que consideraremos ERRO, que são os casos de ortografia, e que, neste artigo, não questionaremos. Discutiremos aqui as chamadas “transgressões” da norma culta, correto e incorreto, e o que podemos considerar regra-padrão e não-padrão.

PALAVRAS - CHAVE: português brasileiro, língua culta, gramática normativa.

ABSTRACT: We will introduce the subject of our Brazilian cult language ‘leaving of side the interpretation spread out in our society and taught in the schools for the professors of the Portuguese Language, the concept: right and wrong . We live in one ‘democratic’ country that uses the language as excuse for exclusion of people,

when, in the truth, is the race, color, sex and religion that they determine that place in 'pyramid' the individual must occupy, remaining in the top the minority that conserves in its power the economic goods, cultural politicians and of the society, the group that if autodenomina detainer of a correct, pretty and cultured language, persisting, thus, the abyss the elite - people each time greater. It fits to point out that we will use some figures with the intention to elucidate and 'to play', with what we will consider ERROR, that is the orthography cases, and that, in this article, we will not question. We will argue the calls here "trespasses" of the cult norm, correct and incorrect, and what we can consider rule-standard and not-standard.

KEY-WORDS: brazilian portuguese, cult language, normative grammar

“ – *Sexo não tem feminino?*
- *Não.*
- *Só tem sexo no masculino?*
- *É. Quer dizer, não. Existem dois sexos. Masculino e feminino.*
- *E como é feminino de sexo?*
- *Não tem feminino. Sexo é sempre masculino.*
- *Mas tu mesmo disse que tem sexo masculino e feminino.(...)*
- *Então como é o feminino de sexo?*
- *É igual ao masculino. (...)*
- *Temos que ficar de olho nesse guri...*
- *Por quê?*
- *Ele só pensa em gramática.”*
(Luis Fernando Veríssimo)

Era uma vez uma colônia... A origem da Língua Portuguesa no Brasil

As diferenças na língua padrão entre Portugal e Brasil podem ser caracterizadas desde o início da colonização, passando por pontos sociais, políticos, geográficos, culturais até razões da evolução própria de cada país.

Nascentes (1964:7) afirma que o Brasil está colocado entre os países sem língua própria, ou seja, desde o seu descobrimento e sua colonização, a língua introduzida no país é a dos descobridores, dos colonizadores. O tupi, falado por grande número de indígenas, foi suplantado pelo português, mas o português aqui falado pela mistura com o tupi e com os falares dos africanos introduzidos no país por outros motivos é diferente do falado em Portugal.

Podemos dizer então, que as diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal teve início com a colonização, e que o tupinambá, língua do litoral brasileiro, era usado juntamente com o português. Com o tráfico negreiro, a colônia passa a receber novas influências, agora do africano, resultando na mescla entre índios, colonos portugueses e africanos. Apenas no século XVIII, houve um ‘aportuguesamento’ intenso da língua falada nas grandes cidades, quando Napoleão Bonaparte, transferiu-se para o Brasil com toda a sua tropa. Após a independência, em 1822, o português do Brasil volta a sofrer novas influências, agora de imigrantes europeus, que variam de acordo com o fluxo migratório que cada estado recebeu. Mas é só no século XIX, que encontramos manifestações sobre a necessidade de se firmar a brasilidade de nossa linguagem, que as variantes portuguesa e brasileira do português aumentam.

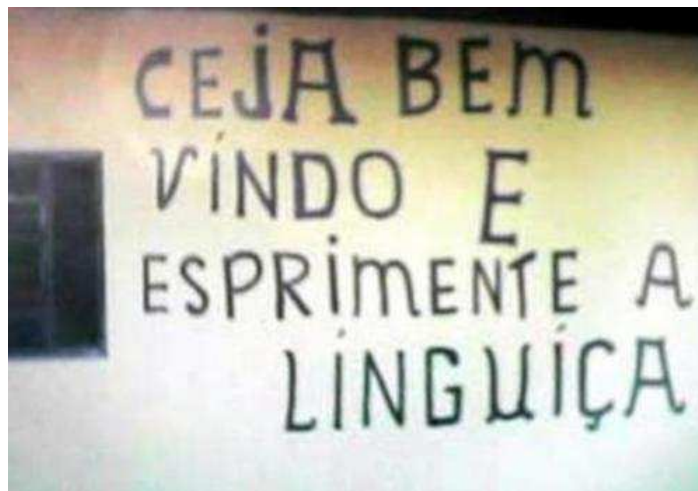
A divergência entre a língua em uso e a língua descrita na gramática normativa começa a causar questionamentos acerca dos conceitos de correto e incorreto. Neste ponto, temos de um lado uma língua normativa, ditada por academias, locutores de prestígio sociolingüístico, gramáticas, dicionários e escolas que caracterizam a língua como prescritiva, ignorando então, a diversidade lingüística e, de outro, os autores modernistas (1922) que intensificam o projeto de uma literatura nacional, que privilegia as peculiaridades do falar brasileiro.

Mas afinal, o que é língua culta?

A língua como ela deve(ria) ser

*“Quando o português chegou
Debaixo de uma bruta chuva
Vestiu o índio:
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português.”
(Oswald de Andrade)*

Fica então a pergunta: quem são as chamadas pessoas cultas? Que critérios os autores das gramáticas normativas utilizam para classificá-las assim?



Para Bechara (2000: 42 – 52):

“a norma contém tudo o que na língua não é funcional, mas que é tradicional, comum e constante, ou, em outras palavras, tudo o que se diz ‘assim, e não de outra maneira’. [...] A gramática normativa recomenda como se deve falar e escrever segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos.”

Já para Rocha Lima (1979: 05):

“Gramática Normativa é uma disciplina, didática por excelência, que tem por finalidade codificar o uso idiomático, dele induzindo, por classificação e sistematização, as normas que, em determinada época, representa o ideal da expressão correta.[...]

Fundamentam-se as regras da Gramática Normativa nas obras dos grandes escritores, em cuja linguagem as classes ilustradas põem o seu ideal de perfeição, porque nela é que se espelha o que o uso idiomático estabilizou e consagrou.”

Cunha e Cintra (1985:06) diz:

“[...] para simplificar as coisas, Jepsen define “lingüisticamente correto” como aquilo que é exigido pela comunidade lingüística a que se pertence. O que difere é o “lingüisticamente incorreto”. Ou, com suas palavras: “*falar correto* significa o falar que a comunidade espera, e *erro* em linguagem equivale a desvios desta norma, [...]”

Mario Perini (2000:33):

“Defendo a idéia de que o ensino normativo não é um mal em si, mas que tem sido aplicado de maneira prejudicial aos nossos alunos [...]. O grande perigo é transformar a gramática em uma doutrina absolutista, dirigida mais ou menos exclusivamente à “correção” de pretensas impropriedades lingüísticas dos alunos. A cada passo, o aluno que procura escrever encontra essa arma apontada contra sua cabeça [...]. Acaba-se desencorajando nos alunos qualquer iniciativa no campo da linguagem, em especial no da escrita.”

Marcos Bagno, denomina falante culto aquele indivíduo nascido e criado em ambiente urbano e que possui nível de escolaridade superior completa. Logo, o padrão lingüístico a ser usado como referência deveria ser baseado nos usos e feitos pelos brasileiros cultos, e, não mais, na escrita literária.

Seguiremos com a linha de pensamento do autor Marcos Bagno, sem a intenção, evidentemente, de subestimar o grande valor e importância da nossa gramática normativa tradicional, salientando que seu estudo é indispensável e deve ser incentivado, para que os alunos desenvolvam o pensamento crítico e tenham discernimento ao fazer suas escolhas.

O estudo realizado tem o propósito de, a partir norma, realizar novas interpretações para os fenômenos da linguagem, procurando versar formas alternativas de como a Língua Portuguesa pode ser ensinada nas escolas, sem a pretensão de servir de ‘régua’ nem desvalorizar a cultura e forma de falar do aluno.

A importância do ensino da gramática normativa

*“Para dizerem milho dizem mio
Para melhor dizem mió
Para pior pió
Para telha dizem teia
Para telhado dizem teiado
E vão fazendo telhados.”
(Oswald de Andrade)*



Conforme afirmação de Vygotsky, a gramática, quando ensinada na escola é um assunto que parece ter pouca utilidade prática, pois não parece necessária, uma vez que, aparentemente, não se aprende novas habilidades. Entretanto, o autor afirma, segundo suas análises, a necessidade do seu estudo no desenvolvimento mental da criança, pois ela já domina a gramática mesmo antes de entrar na escola, como por exemplo utilizar corretamente um tempo verbal, no entanto, ela não saberá conjugar corretamente o verbo.

Por isso o aprendizado da gramática normativa torna-se fundamental, essencial, por permitir à criança aprender e utilizar as habilidades conscientemente, todavia, não se deve desconsiderar toda a 'bagagem' da criança, fazendo um caminho inverso, uma vez que ela, quando aprendeu a língua do próprio uso, já construiu um conjunto de regras, ou seja, ela já é possuidora de uma gramática interna, de um saber lingüístico prévio, e não inicia seus estudos sem saber absolutamente nada.

O professor deve ensinar ao aluno o maior número de usos possíveis, sem menosprezar, na medida do possível, ou exaltar as diversas estruturas, de maneira que ele possa distinguir e eleger a melhor forma de se expressar, de acordo com seu momento e necessidade.

Podemos atestar que ter profundos conhecimentos das regras gramaticais garante falar e escrever bem?

Podemos afirmar que ajuda, e muito, organizar idéias e expressar pensamentos e sentimentos com clareza mais facilmente, entretanto, se observarmos as pessoas que vivem num meio cultural atuante, que lêem muito, constataremos que elas dominam intuitivamente, de certa forma, a gramática culta da língua em questão, que falam e escrevem muito bem segundo os padrões normativos.

Quanto ao professor de Língua Portuguesa, não basta decorar as regras para bem escrever... chegar à sala de aula com o código de leis da gramática e policiar fortemente seus alunos. Sem muita leitura e sem escrever, este jamais poderá ensinar o ofício que lhe foi proposto. Diferentemente do que se vê nas escolas, ele não deve limitar-se a ensinar somente a Gramática (sintaxe e morfologia), pois isso não é o bastante, este deve, como um conjunto, apresentar ao aluno a sintaxe, morfologia, fonologia, fonética e semântica.



Certo e Errado, eis a questão!

*“Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira*

*Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro.”
(Oswaldo de Andrade)*

Conforme afirmamos acima, chamaremos de culto o indivíduo nascido e criado em ambiente urbano e com nível de escolaridade superior completa, passaremos agora para questão do certo e errado.

Considerando a língua realmente falada e escrita pelos brasileiros cultos, observamos grande diferença entre norma-padrão tradicional e a utilizada pelos falantes cultos brasileiros. Vemos claramente essa afirmação demonstrada na pesquisa do autor Marcos Bagno, em que foram escolhidos cinco fatos sintáticos (orações relativas, retomada anafórica de objeto direto de 3ª pessoa, sujeito acusativo, passiva sintética e regência dos verbos ir e chegar) com a intenção de comparar a prescrição das gramáticas normativas e dos tradicionalistas da mídia com os usos lingüísticos efetivos de brasileiros cultos de cinco zonas urbanas diferentes, sempre utilizando uma regra padrão e outra não-padrão:

Orações relativas:

- Regra padrão: “Esse é um filme de que eu gosto muito.”
- Regra não padrão: “Esse é um filme que eu gosto muito dele.”
“Esse é um filme que eu gosto muito.”

Retomada anafórica de objeto direto de 3ª pessoa:

- Regra padrão: “Comprei este livro, mas ainda não o li.”
- Regra não-padrão: “Compre este livro, mas ainda não li ele.”
“Comprei este livro, mas ainda não li.”

Sujeito acusativo:

- Regra padrão: “Maria não me deixou entrar.”
- Regra não-padrão: “Maria não deixou eu entrar.”

Passiva sintética:

- Regra padrão: “Não se fazem mais filmes como antigamente.”
- Regra não-padrão: “Não se faz mais filmes como antigamente.”

Regência dos verbos ir e chegar

- Regra padrão: “Vou ao cinema.” / “Cheguei a Brasília hoje.”
- Regra não-padrão: “Vou no cinema / vou para o cinema” / “Cheguei em Brasília hoje.”

A conclusão da pesquisa em números, lembrando que foi examinada a língua falada pelos brasileiros cultos expostos a, no mínimo, 15 anos às regras gramaticais padronizadas, foi:

- Usos prescritos pela norma padrão: 80 ocorrências (10.1%)
- Usos reprováveis pela norma-padrão: 713 ocorrências (89.9%)

O autor finaliza dizendo que os indivíduos não conseguem observar essas regras o tempo todo, e se deixam levar pela gramática intuitiva de sua língua materna: o português do Brasil. Que é uma violência, um martírio, ajeitar-se a uma idéia, um molde inadequado que assentava bem há 100 anos passados.

Considerações finais



Devemos admitir a importância do ensino da Língua Portuguesa nas escolas, entretanto, devemos respeitar e defender com maturidade lingüística as diferenças entre a língua e cultura brasileira e portuguesa. É fato que povos diferentes, com história e geografia distintas, com estruturas sociais desiguais não poderiam falar ou expressar-se da mesma maneira.

Precisamos começar a desmistificar a Língua Portuguesa e reconhecer o português do Brasil hoje, como diferente do que se falava há cem anos atrás, tendo como referência somente o português europeu, considerar, com igual validade, os usos possíveis da língua.

A prática da pesquisa lingüística é indispensável ao professor de Língua Portuguesa, que deveria incentivar os alunos do ensino fundamental e médio.

Ao professor cabe ensinar as diferenças entre língua falada, que é mais expressiva, criativa e espontânea, contudo, mais sujeita as transformações diferentemente da língua escrita, sem, entretanto, deixar a impressão de superioridade ou inferioridade entre as duas. Não estamos propondo que o professor deva aceitar tudo como correto, mas avaliar, imparcialmente, sem desvalorizar e mutilar a forma de falar do aluno, tratando-o como incapaz.

Concluimos que qualquer um pode ser professor, e que ensinar gramática na escola pode ser oportuno ou inútil, dependendo do que o professor que for abordar e da forma que ele o fará. Usar certo e errado, pode facilitar muito as coisas para o professor, mas isso dependerá do que se entenda por gramática e das escolhas a fazer, que neste âmbito *não* são

indiferentes. O professor pode optar por perguntar e avaliar o conhecimento dos seus alunos e, a partir daí, planejar o ensino, com atividades provocativas como ler, expor e descobrir a variabilidade da língua ou, pegar sua gramática e etiquetar tudo conforme as normas prescritivas.

Fica então a reflexão de Matos e Silva (1993:75):

“As reflexões que seguem pretendem ser apenas um convite para a construção da história do português brasileiro, obra que não pode deixar de ser coletiva e conjuntamente sonhada. E todos sabemos, o Poeta Pessoa nos ensinou, que sem sonhar a obra não nasce.”

Referências bibliográficas:

- BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico. O que é, como se faz*. 17ª edição. São Paulo: Edições Loyola., 1999.
- BAGNO, Marcos. *Português ou Brasileiro?* São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- BARROS, Enéas Martins de. *Nova Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1985.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 2000.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 13ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virginia. *Português brasileiro: raízes e trajetórias*. São Paulo: Humanitas, 1993.
- NASCENTES, A. *O idioma nacional*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1964.
- PERINI, Mario A. *Gramática Descritiva do Português*. 4ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- PERINI, Mário A. *Sofrendo a Gramática*. São Paulo: Editora Ática, 2002.

PINTO, Edith Pimentel. *A língua escrita no Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

VYGOTSKY, L.S. *Pensamento e Linguagem*. Tradução de CAMARGO, Jefferson Luiz.
São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.

Site consultado:

<http://filologia.org.br>